

Ata de julgamento do ENVELOPE I - PROPOSTA TÉCNICA

A Comissão Julgadora se reuniu na quinta-feira, 12/01/2017 para iniciar a análise e julgamento do Envelope I – Proposta Técnica da proposta SIGED nº 0001322815012. De acordo com o disposto no item 7.5 do Edital “a Comissão Julgadora terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à sessão pública de abertura dos envelopes contendo a Proposta Técnica, para julgar as propostas com base nos subitens 1.1, 1.2, 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 do Quadro Geral de Critérios do Anexo II deste Edital”.

Dando início à análise, foi verificado o atendimento do Anexo III – Programa de Trabalho encaminhado às exigências do item “1.1 Programa de Trabalho apresentado conforme Anexo III”. O Programa de Trabalho da proposta SIGED nº 0001322815012 foi apresentado conforme o modelo e está, portanto, correto.

Em seguida, iniciou-se a análise do atendimento da proposta encaminhada ao item “1.2 Anexo IV – Memória de Cálculo preenchido corretamente”. Esse item tem como objetivo verificar, no Anexo IV - Memória de Cálculo, os seguintes requisitos:

- a) observação da metodologia definida, conforme diretrizes expostas na “Nota Explicativa Elaboração de Memória de Cálculo”;
- b) Valor global da proposta (demonstrado a partir do campo referente ao somatório do Total de Saídas na Tabela 1 - Previsão Sintética de Receitas e Gastos Mensais em Regime de Competência) menor ou igual ao valor máximo disponível apresentado no item 7 - Valor a ser repassado por meio do Termo de Parceria do Anexo I – Termo de Referência;
- c) Conforme dispõe o Art. 52. do Decreto 46.020/2012, é “obrigatória a realização de auditoria externa independente para a verificação da aplicação dos recursos nos Termos de Parceria cujo valor anual seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão) de reais”. Nesse sentido, como o orçamento total

EDITAL SEESP Nº 01/2016

Concurso de Projetos para celebração de Termo de Parceria

previsto para essa parceria supera o valor referido no dispositivo legal citado, a entidade deve prever despesa com este serviço.

d) Previsão de recursos nas subcategorias 2.2.61 - Premiação, 2.2.62 – Uniformes Esportivos, 2.2.63 – Materiais Esportivos, 2.2.64 – Aluguel de sistema de cronometragem eletrônica e 2.2.65 – Seguro de Responsabilidade Civil Estudantes/Atletas.

Em relação ao item “a”, observação da metodologia definida, foram verificadas pela Comissão Julgadora algumas questões que serão apresentadas abaixo. A referência utilizada para a análise é a “Nota Explicativa Elaboração de Memória de Cálculo”, documento disponibilizado nos sítios eletrônicos da SEESP e da SEPLAG.

- 1) Na Tabela 4 - Previsão Mensal dos Encargos e Benefícios de Pessoal foi verificada a não inclusão de previsão de pagamento de benefícios aos trabalhadores celetistas. Ressalta-se que a Oscip tem total responsabilidade sobre os trabalhadores contratados (pagamento de salários, encargos e benefícios) e a não previsão de benefícios, por si só, não implica na desobrigação da entidade em arcar com os mesmos. É importante destacar que, caso a proposta não preveja gastos nessas subcategorias, o Termo de Parceria não poderá arcar com tais despesas durante a execução. Com relação ao lançamento 63 da Tabela 7 – Previsão Detalhada do Fluxo de Gastos Gerais em Regime de Competência, no valor de R\$ 660,00 por mês, a Comissão Julgadora não conseguiu ter certeza que o mesmo se refere apenas a recarga de cartão vale transporte ou do benefício em si, em virtude da observação inserida no lançamento “benefício ao trabalhador CLT”. Ainda sobre essa subcategoria, percebe-se que ela foi erroneamente utilizada pela proponente no lançamento 81, uma vez que a mesma não é referente a correios e telégrafos (os quais devem ser lançados na subcategoria 2.2.31) ou fretes e carretos (subcategoria 2.2.51), mas sim a recarga ou entrega de cartões de vales transportes.




EDITAL SEESP Nº 01/2016

Concurso de Projetos para celebração de Termo de Parceria

- 2) Ainda na Tabela 4, a Comissão Julgadora identificou no Detalhamento dos Outros Encargos as seguintes alíquotas apresentadas pela proponente: INSS Patronal (27%), PIS (1%), FGTS (8%), FGTS Multa Rescisória (50%), 13º Salário (100%), Férias (100%) e 1/3 de Férias (33%). Foi calculado pela Comissão Julgadora que os percentuais adotados para cálculo dos encargos na proposta foram os seguintes: INSS Patronal (26,5%), PIS (1%), FGTS (8%), FGTS Multa Rescisória (4%), 13º Salário (8,33%), Férias (8,33%) e 1/3 de Férias (2,78%). A Comissão Julgadora esclarece que o percentual (%) da alíquota deve ser calculado como base o salário do trabalhador.
- 3) A Comissão Julgadora verificou que os valores de encargos do Cargo Supervisor-Geral não estão compatíveis com as alíquotas informadas pela proponente e utilizadas para cálculo dos demais cargos.
- 4) Na tabela 5 - Previsão de Gastos com Pessoal, no campo Descrição da Pesquisa de Mercado, foi relatado pela proponente que a Pesquisa de Mercado apresentada foi realizada com abrangência nacional, não observando o que estabelece a "Nota Explicativa Elaboração de Memória de Cálculo", que delimita como área de atuação o estado de Minas Gerais. Além disso, não foi informado pela proponente o período de realização da pesquisa pelas instituições consultadas.
- 5) O cargo Assessor de Comunicação foi lançado com salário bruto maior que o campo "Maior Salário" preenchido pela proponente, o que demonstra incompatibilidade com a Pesquisa de Mercado.
- 6) Na tabela 7- Previsão Detalhada do Fluxo de Gastos Gerais em Regime de Competência, não foram ocultas as linhas em branco da Tabela 7.

Em referência aos itens "b", "c" e "d" foi observado, no Anexo IV – Memória de Cálculo encaminhado pela proponente SIGED nº 0001322815012, o atendimento aos critérios apresentados. Importante destacar que a análise desta Comissão Julgadora em relação a esses itens se refere apenas à apresentação de valores conforme especificado, não verificando a razoabilidade dos mesmos.



EDITAL SEESP Nº 01/2016

Concurso de Projetos para celebração de Termo de Parceria

A conclusão da análise realizada é que a proposta SIGED nº 0001322815012 não atendeu plenamente ao disposto no item 1.2 do Anexo II, em especial aos itens 4 e 5 acima. Diante disso, a Comissão Julgadora não analisou os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 do Anexo II do Edital. Dessa forma, não há possibilidade para a Comissão Julgadora definir a classificação preliminar do Concurso de Projetos.

Em atendimento ao item 7.8 do edital, a Comissão Julgadora encaminha o presente documento para publicação nos sítios eletrônicos da SEESP e da SEPLAG.

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2017.



Frederico Oliveira Motta Pessoa
Masp 1.142.960-2
Secretaria de Estado de Esportes



Raphael Sardinha Moreira de Castro
Masp 1.150.552-6
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão



Lise Gouvêa Lisboa da Costa
CPF 013.782.976-01
Representante da sociedade civil